

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E TREZE

-----Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e treze, pelas vinte horas dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Batista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. **Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e Respetiva Avaliação, bem como a Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao ano 2012;**-----

-----2. **Modificações Orçamentais: 1ª revisão ao Orçamento do Ano de 2013;**-----

-----3. **Modificações Orçamentais: 1ª revisão às Grandes Opções do Plano do Ano de 2013;**-----

-----4. **Informação nos termos e em cumprimento do ponto 5 da autorização prévia concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2012 e de 20 de dezembro 2012, no âmbito da Lei dos Compromissos;**-----

-----5. **Autorização de Abertura de Procedimento Concursal para recrutamento, com vista à constituição de relação jurídica de emprego público;**-----

-----6. **Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98, de 26 de maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância (Artigo 10º da Lei nº 24/98, de 26 de maio);**-----

-----7. **Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Porto de Mós;**-----

-----8. **Regulamento Municipal de Publicidade do Município de Porto de Mós;**-----

-----9. **Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós;**-----

-----10. **Relatório Anual da Atividade da CPCJ de 2012;**-----

-----11. **Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----1 – **ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: Luís Manuel da Silva Cordeiro (Presidente da Junta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Freguesia de S. Bento – IPSB); Olga Cristina Fino Silvestre (PSD – Falta Justificada); António Pereira Carvalho (PS – Falta Justificada); Marta Teresa Ferreira Neto (PS – falta justificada), Vítor Louro Cordeiro (PS - falta justificada).-----

-----Em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento estava presente Dália Silva, Secretária daquela Junta de Freguesia, e a substituir Olga Silvestre (PSD) compareceu Miguel Carreno (PSD).-----

-----Foi chamado a desempenhar o cargo de 2º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD), assumindo o cargo de 1º Secretário Maria Lídia Semião (PS) na ausência de Vítor Louro Cordeiro (PS).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Fernando Manuel de Carvalho Oliveira Monteiro, Rita Cerejo e Luís Manuel Coelho de Almeida e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de janeiro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

2. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR: -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por dizer que neste momento existem duas atas para aprovar: das sessões ordinárias de 20 de dezembro de 2012 e a de 22 de fevereiro de 2013, perguntando aos deputados municipais se algum teria algum reparo a fazer à ata de dezembro que lhes foi oportunamente enviada. Não havendo qualquer intervenção, foi aquela posta a votação, tendo sido a mesma **aprovada por unanimidade**. Quanto à ata de fevereiro, pediram a palavra **António Pires (PSD) e Carlos Vieira (PSD)**, passando o primeiro a dizer que na primeira linha da página 431, onde se lê “...vinte dias do mês de dezembro de dois mil e doze...”, deve ler-se “...vinte dias do mês de dezembro de dois mil e treze...” e na página 478, onde se lê “Disse ainda que o IMI foi aumentado de 1.2 para 1.3” deve ler-se “Disse ainda que o IMI foi aumentado de 0.2 para 0.3...”. Foi posta depois a votação a ata da sessão de fevereiro de 2013, com as alterações acima enunciadas, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou depois a dizer, quanto à ordem de trabalhos da presente sessão, que o senhor Presidente da Câmara havia pedido que se incluisse naquela mais dois pontos, a saber: **Regulamento Municipal da Realização de Operações Urbanísticas**, e **Alteração à Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós (Urbanismo) incluída no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mós dada a urgência dos assuntos em questão.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que se trata de um processo que já se iniciou há algum tempo, vindo agora a ANMP dizer que seria importante que todos os regulamentos ficassem aprovados para que o Regime do Licenciamento Zero possa entrar em vigor dia 2 de maio, daí o pedido que aqui foi feito ao senhor Presidente da Assembleia no sentido de se agendarem estes assuntos para aprovação pela Assembleia, hoje.-----

-----Assim sendo, foi posto a votação a introdução de dois novos pontos na ordem de trabalhos, ficando assim ordenada:-----

-----"Ponto 11. **Alteração à Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós (Urbanismo) incluída no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós;**-----

-----Ponto 12. **Regulamento Municipal da Realização de Operações Urbanísticas;**-----

-----Ponto 13. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro."-----

-----Submetida que foi a votação a presente proposta, foi a mesma **aprovada por unanimidade.**-----

2. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a dar algumas informações sobre documentação e expediente recebido no período compreendido entre a data da realização da última sessão e esta mesma.-----

-----Disse depois que queria apresentar um pedido de desculpas à imprensa, nomeadamente ao jornal "O Portomosense", na pessoa do seu diretor, pois quando aqui foi feita a entrega das medalhas de mérito desportivo e tendo olhado para o curriculum das duas atletas presentes, disse que a imprensa andava um pouco distraída. Continuando, disse que quem andava distraído era ele, porque o senhor diretor d'O Portomosense, lhe fez chegar muito cordialmente, dois documentos com os recortes dos destaques que o jornal tinha dado a essas duas atletas.-----

-----Teceu depois elogios à atividade cultural que se tem vindo a desenvolver no concelho, através das mais variadas entidades, congratulando-se com isso.-----

-----Disse ainda que queria deixar aqui um sentido voto de pêsames aos deputados municipais, Artur Vieira e Pedro Vieira, pelo falecimento do seu pai e avô, respetivamente.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Referiu depois que recebeu do senhor Deputado da Assembleia da Republica Paulo Batista uma carta que passou a ler, e que a seguir se transcreve:-----

-----Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós:
Assunto: Envio de projeto de resolução sobre a valorização do Campo Militar de São Jorge, aprovado pela Assembleia da Republica.-----

-----Temos a honra de remeter ao conhecimento de V. Ex^a. o texto final da iniciativa parlamentar dos deputados do PSD, que recomendam a valorização integrada do Campo Militar de São Jorge e a conclusão do respetivo Plano de Pormenor de Salvaguarda, aprovado pela Assembleia da Republica esta sexta feira 22 de fevereiro com os votos a favor das bancadas do PSD e do CDS/PP, alguns deputados do PS, tendo a iniciativa o voto favorável da deputada Socialista Gabriela Canavilhas, ex-ministra da Cultura e a abstenção das bancadas do PCP, BE e demais deputados socialistas.-----

-----O texto apresentado e agora aprovado na Assembleia da Republica, concretiza as seguintes recomendações ao Governo: -----

-----1. No âmbito das suas competências de tutela e face ao acordo de parceria estabelecido entre o IGESPAR, atual Direção de Património Cultural e o Município de Porto de Mós, diligencie no sentido da conclusão do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Campo Militar de São Jorge:-----

-----2. Promova a instalação e a dinamização da Comissão de Acompanhamento do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Campo Militar de São Jorge, nos termos previstos pelo Despacho n^o 29764/2007 de 27 de dezembro, suscetível de revisão, tendo em conta o desenvolvimento do projeto da Fundação Batalha de Aljubarrota e o envolvimento das populações e autarquias locais;--

-----3. Empreenda a valorização do Campo Militar de São Jorge, pelo seu interesse científico, pedagógico, cultural e económico, nomeadamente através da melhoria das condições de apoio à preservação do monumento e no âmbito do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, para melhor fruição coletiva do espaço museológico, arqueológico e paisagístico;-----

-----Para os parlamentares do Grupo Parlamentar do PSD, o Campo Militar de São Jorge, pelo seu interesse científico, pedagógico, cultural bem como pela preservação da memória coletiva deve ser objeto de especial proteção e valorização, através da criação de condições para a preservação dessa mesma memória, pois a fruição de espaço arqueológico, museológico, paisagístico, económicos e organizativos. Recorde-se que esta abordagem dos deputados do PSD foi discutida com reputados investigadores e alicerça-se em contributos de distintos historiadores medievais portugueses, entre outros, os Professores Humberto Baquero Moreno, João Gouveia Monteiro, Luís Adão da Fonseca, Luís Fernando Fontes, Mário Jorge Barroca, Pedro Gomes Barbosa e ainda o professor Saúl António Gomes. Todos reconheceram ser essencial proteger a área e classificar o Campo Militar de São Jorge nos termos do proposto pelo Exército Português de modo a preservar este espaço único e insubstituível na nossa história. Importa igualmente referir que na mesma ocasião, a Assembleia da Republica, por maioria, rejeitou uma iniciativa, também sobre o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Campo Militar de São Jorge subscrita pelos deputados do Partido Socialista eleitos por Leiria – Projeto de Resolução nº 493/XII- 2ª - PS, que no essencial preconizava a suspensão da Zona Especial de Proteção do Campo Militar e consequente desclassificação deste importante monumento nacional, classificado recorde-se, pela publicação do Decreto Nº 18/2010 de 28 de dezembro, subscrito pela então Ministra, Drª Gabriela Canavilhas. Os parlamentares do PSD congratulam-se com o facto de a Assembleia da República ter rejeitado esta iniciativa e alguns deputados do PS que em última análise visava a desclassificação do monumento nacional do Campo de São Jorge, com todas as consequências que essa decisão comportaria para a região e para a memória coletiva do país e convida os seus subscritores e autarcas locais para um maior empenhamento na conclusão do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Campo Militar de São Jorge, instrumento que visa garantir uma gestão mais ágil, descentralizada e responsabilizadora do monumento e área envolvente, garantindo ao mesmo tempo, maior clareza de procedimentos na relação entre a administração e o cidadão. Antecipadamente gratos pela melhor atenção, subscrevemos com a mais elevada consideração, melhores cumprimentos, Paulo Batista, Deputado do PSD.”-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a ler a resposta que enviou ao senhor Deputado Paulo Batista e que a seguir se transcreve:-----

-----“Exmo Senhor Deputado Paulo Batista:-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós, acusa a receção da sua carta, informando e comentando o Projeto de Resolução do Campo Militar de S. Jorge, aprovado na Assembleia da República.-----

-----Começo por lhe dizer Senhor Deputado, que na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, sempre recebi de si todas as atenções, o que lhe agradeço e retribuo, e que é para todos nós motivo de regozijo, ter a nossa região representada na Assembleia da República por um eleito local, independentemente do Partido que o elegeu.-----

-----Na sua extensa carta, o senhor deputado justifica a tomada de posição com argumentos, corroborados por diversas personalidades da “dita área da cultura” algumas com curriculum reconhecido, outras nem tanto assim. Mas Senhor Deputado, o Campo Militar de S. Jorge, não foi um achado arqueológico, descoberto há alguns anos por políticos e personalidades dessa “ dita cultura”. O Povo de S. Jorge, como bem sabe, há séculos, de geração em geração, que preserva aquele chão sagrado, venera D. Nuno Alvares Pereira e reza na capela de S. Jorge. Os moradores de S. Jorge, não são selvagens, bárbaros ou ignorantes, prontos a querer destruir um património que é de todos.-----

-----Nunca foi posta em causa, a classificação do Monumento Nacional do Campo Militar de S. Jorge. O que os moradores de S. Jorge defendem, apoiados pelos seus autarcas, é a adequação da área de classificação do Campo Militar de S. Jorge, enquanto Monumento Nacional, à sua dimensão arqueologicamente justificável, numa perspetiva de equilíbrio desse interesse com os interesses dos proprietários locais. Diga-me Senhor Deputado, o Senhor sendo praticamente um filho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da terra, encontra alguma explicação lógica para a Portaria nº 426/2012, abranger como Zona Especial de Proteção (ZEP) praticamente toda a povoação de S. Jorge? Sabe com certeza, as implicações que tudo isso acarreta para a economia local. Ao longo dos anos, alguma vez ouviu que se tenham encontrado vestígios arqueológicos da Batalha de Aljubarrota nas fundações das centenas de edifícios edificados em redor do Campo de Batalha?-----

-----Os habitantes de S. Jorge estarão sempre na primeira fila da luta pela preservação do seu património histórico, mas também querem viver em paz, numa terra de progresso, com o seu património valorizado, contribuindo ativamente para que as suas empresas prosperem e criem emprego e riqueza, de que a nossa região e o nosso País tanto necessitam. E não é de todo aceitável, que alguém vindo de fora, neste caso, uma Fundação Privada, se instale e, qual senhor feudal, lance uma espécie de servidão da gleba sobre toda a população, criando os maiores entraves ao desenvolvimento local. -----

-----As populações locais, enraizadas na devoção da paixão e graça da terra dessa pequena pátria, sempre acederam ao universal da pátria por essa diferença e não compreendem como um novo soberano privado, as venha privar da sua relação direta com o sentido público, reclamando junto dos representantes parlamentares da nação, que lhes reconheça séculos de defesa de um património físico e moral que é de todos e tem, no primeiro quadrado de defesa, os autarcas e as associações locais que sempre garantiram a defesa do seu primeiro sinal de amor à independência nacional. O campo sagrado de São Jorge que nos dá identidade e amor, não pode cair nas teias burocráticas de relatórios não vividos pelo quotidiano e não são "qualificados peritos", que podem fazer conflitar a tecnocracia dos respetivos conceitos abstratos, com as vivências e as memórias do encadeamento de gerações, das árvores, das colinas, das casas e das ruas de que somos feitos.-----

-----Os autarcas e a população local, sempre pretenderam conduzir todo este processo, fora das contendas políticas, e sempre achamos que levando este projeto à Assembleia da República, encontraríamos no Senhor Deputado, um defensor acérrimo dos interesses legítimos dos moradores de S. Jorge, apoiados nos seus Autarcas locais dos Municípios de Porto de Mós e da Batalha. Foi por isso com total estupefação que vimos o Senhor Deputado, defender e fazer aprovar no Parlamento, um texto, que não teve em conta as posições expressas pelos moradores e pelos Municípios de Porto de Mós e da Batalha e que é praticamente uma transcrição das posições que a Fundação Batalha de Aljubarrota sempre defendeu. -----

-----Mas esta história ainda não terminou. A Direção da Associação de Moradores e Proprietários de S. Jorge e a Câmara Municipal de Porto de Mós continuarão a lutar com todos os meios legais ao seu dispor, e na primeira fila, poderão sempre contar com o Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós, porque esta é uma causa justa que acabará por fazer valer os legítimos direitos dos moradores e proprietários de prédios sitos na área de influência do Campo Militar de S. Jorge, conjugado com a defesa do Património Nacional.-----

-----Com os meus respeitosos cumprimentos. O Presidente da Assembleia Municipal de Porto de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mós, Mário Vieira Pragosa"-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Helder Paulino Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima – PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, referiu ser lamentável a intervenção que o senhor Deputado Paulo Batista fez na Assembleia da Republica, dizendo que todo o texto que lá foi apresentado era um texto que já tinha lido e do qual já tinha conhecimento há meses, e que foi elaborado pela Fundação Batalha de Aljubarrota, mais propriamente pelo Dr. Alexandre Patrício Gouveia. Lamentou que o Deputado Paulo Batista, sendo vizinho deste concelho, e tendo conhecimento das dificuldades que a população de São Jorge tem encontrado ao longo destes anos desde que o Presidente da Fundação Batalha de Aljubarrota apareceu em São Jorge, tenha tido a atitude que teve e que tenha influenciado, inclusivamente a antiga ministra da Cultura, Drª. Gabriela Canavilhas. Disse ainda que o que foi lido e apresentado na Assembleia da República foi mera demagogia e um rol de mentiras e que o Deputado Paulo Batista, não foi ao encontro daquilo que tinha prometido, porque aquando de um encontro daquele Deputado com ele próprio, com o senhor Presidente da Câmara de Porto de Mós e com os representantes da Associação de Moradores de São Jorge, aquele garantiu que estaria sempre ao lado da população de São Jorge. Dirigindo-se depois ao senhor Presidente da Assembleia disse que queria agradecer-lhe o texto que enviou ao Deputado Paulo Batista, dizendo que tendo recebido uma carta igual não lhe respondeu, pretendendo fazê-lo pessoalmente.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Começou por dizer que tem alguma dificuldade em comentar cartas particulares cujo objetivo não é serem publicadas, mas há uma coisa que quer deixar claro: que não se revê no texto que o senhor Presidente da Assembleia Municipal enviou ao senhor Deputado Paulo Batista. Disse ainda que o senhor Presidente da Assembleia aqui tem a qualidade de ser representante desta Assembleia e de ser Presidente de todos, reafirmando que tem dificuldade em comentar uma coisa que é particular e que depois é apresentada aqui à Assembleia Municipal, no entanto, e uma vez que foi aqui apresentada, reiterou que não se revê em nada do que foi dito nesse texto, com exceção de dois ou três pontos que também subscreve. Referiu depois que existem aqui problemas de personalidade, problemas que não foram ultrapassados, esperando que esta Casa o possa fazer com a mudança de pessoas, trazendo alguma novidade. Continuando, disse que não sabe qual vai ser a composição desta Assembleia no próximo 25 de abril, podendo ser estas pessoas ou outras pelo que quer comemorar aqui também o 25 abril, embora tardio.-----

-----Nesse contexto, referiu-se às comemorações do 25 de abril na Assembleia da Republica,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dizendo que a sua Presidente, Assunção Esteves, foi inspiradora, pela imagem, com cravo ao peito, sendo das poucas das bancadas à direita, que trazia um cravo ao peito, pela forma acolhedora como recebeu toda a gente e pelo conteúdo do seu discurso, dizendo uma coisa espantosa “*um dia na vida dos indivíduos e dos povos, pode conter o infinito. Assim foi o 25 de abril. O fim de um tempo sombrio, a política com a sua pulsão emancipadora a ganhar o ponto de partida. Em explosão de alegria, a liberdade foi trazida às nossas mãos para que todos nos tornássemos criadores do mundo. Alguns fizeram um rumo ou uma criação totalitária, o que felizmente não aconteceu*”. Pudemos e quisemos que fosse diferente, referindo que estas palavras já são suas. E foi talvez, inebriados pela mudança brusca no romance das nossas vidas que cometemos erros de percurso que neste momento tentamos emendar. Atingimos um patamar de fadiga de austeridade, nas palavras do senhor Presidente da Republica, que é urgente rever. Todos temos a responsabilidade e o compromisso de contribuir para aliviar esta fadiga, em todas as áreas da nossa vida, todos devemos perceber e interiorizar que a festa acabou. Os três “D’s” de abril transformaram-se nos três “E’s” de 2013, exatamente 39 anos depois – Exigência, Equilíbrio e Esperança. Exigência cívica, cada vez mais forte, cada vez mais ativa, exigindo a prestação de contas sobre o que se faz com o dinheiro dos nossos impostos, quer a nível local, quer a nível nacional. Iremos nesta Assembleia dentro em breve aprovar o orçamento. Sabemos que a dívida a longo prazo desta Câmara aumentou sempre com a aprovação desta Assembleia, perguntando se a nossa responsabilidade a esse nível está livre de reparos. Equilíbrio: cada vez mais é urgente harmonizar o individual e o coletivo, o crescimento económico, educação e emprego, soberania e partilha, tecnologia e conhecimento com direitos humanos. Há tanto ainda para fazer. Esperança: esperança de que vamos ser capazes de sair desta crise. Temos gerações de jovens cada vez mais qualificados que um dia vão voltar e trazer com eles novos conhecimentos e novas formas de organizar o nosso quotidiano. Esperança, de que vamos, nós aqui, hoje e agora, introduzir mecanismos de combate à fragilidade da família, que viva no limiar do que é suportável e que não se compadece com uma solução casuística, que pode resolver aquele momento mas que não resolve, seguramente as dificuldades das famílias e que não é uma política social para o concelho. Por fim, disse desejar, que na comemoração dos 40 anos do 25 de abril, se possam ter mais empresas de referência no concelho, que o hotel mais premiado do concelho - *Cooking and Nature* de Alvados, deixando uma palavra de apreço para quem está a dirigir este hotel pelo trabalho de excelência ali realizado, continue com os níveis de qualidade a que nos habituou. Que as Grutas de Mira de Aire tenham, acessos mais condignos, que haja mais prémios para as indústrias criativas, referindo o prémio alcançado pela calçada à portuguesa. Que o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota possa finalmente, ver aprovado o Plano de Pormenor de Salvaguarda, tal como foi recomendado pelo Governo no projeto de Resolução aprovado em Assembleia da Republica pelos deputados da Nação, para que haja paz e harmonia entre a população e o polo dinamizador, que pode ser um verdadeiro tesouro para o concelho e para São Jorge. Terminou dizendo que, mudam-se os tempos, mudam-se as vontades e pode ser que o vento que passa possa trazer novas para este concelho.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Miguel Carreno (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que queria colocar duas questões: a primeira, em que pé é que está o hotel da vila de Porto de Mós e a segunda tem a ver com o edifício da Central, pois agora com o temporal de Janeiro, caiu uma parede quase inteira.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Usando da palavra disse que anda aqui a colocar o problema do mau estado das estradas do concelho, nomeadamente da sua freguesia, desde o início do seu mandato, bem como o problema da água, e de algumas das lâmpadas no Casal Boieiro o que causa algumas queixas por parte dos moradores da zona. -----

-----Disse depois, que, já que aqui se falou um pouco da revolução de abril, queria alertar para os problemas sociais das populações rurais deste concelho que vivem da agricultura, cada vez com mais dificuldades porque não conseguem comercializar os produtos que produzem, pois todos os fatores de produção vão subindo, referindo que não foi para isso que foi feita a revolução do 25 de abril. Referiu-se à intervenção da senhora Presidente da Assembleia da Republica nas comemorações do 25 de abril, dizendo que foi muito abrangente, mas já a intervenção do senhor Presidente da Republica não foi tanto assim, não se tendo revelado como o Presidente de todos os Portugueses. Continuou dizendo que a insatisfação e descontentamento do povo é cada vez maior, mesmo em relação ao regime democrático, referindo no entanto, que não será esta Assembleia que irá resolver este estado de coisas mas que poderá dar o seu contributo.-----

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD):**-----

-----Referiu-se à carta resposta ao Deputado Paulo Batista dizendo que gostaria de saber qual foi a solução ou contributo para a resolução dos problemas da população de São Jorge que a resposta trouxe, ou visa atingir.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar os presentes, disse que queria referir-se à problemática do Campo Militar de São Jorge, dizendo que os assuntos não se resolvem com arrogância, mas com diálogo de forma a chegar-se a um entendimento. Referiu que desde a primeira hora que foi chamado a colaborar neste processo, a sua intenção foi sempre com o intuito de colaboração e não de arrogância pedindo que se aguarde que as coisas corram o seu curso normal, tendo esperança de que a situação se resolva a contento de todos.-----

-----Disse depois, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara que mais uma vez se iria referir a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

umas obras que estão prometidas e não terminadas e sobre as quais não tem falado, atendendo ao tempo de inverno que se tem feito sentir. Agora que o inverno terminou, disse esperar não vir aqui em junho, falar do mesmo. Concluiu dizendo que o senhor Presidente da Câmara sabe do que se trata.-----

-----Terminou dizendo que queria entregar um documento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque na última sessão falou de ética, dizendo que é de ética que todos precisam e tendo na altura sido acusado de demagogo. Como pode acontecer que o seu conceito de ética não seja igual ao de outras pessoas, quer deixar o documento para que seja entregue a todos os deputados, ficando o mesmo arquivado nos serviços administrativos desta Assembleia. -----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Desculpando-se pelo seu atraso e depois de cumprimentar todos os presentes, passou a dizer que queria deixar três notas antes da sua intervenção: em primeiro lugar que a festa da solidariedade acabou, a festa da solidariedade que em abril de 1974, há 39 anos, existia e que se foi esbatendo ao longo do tempo com o agravamento do egoísmo e economicismo que se instalou sobre os países do sul da Europa. Depois referiu-se ao Museu e Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, dizendo que iria repetir o que disse em Leiria sobre Gestão Cultural dos Patrimónios culturais, com o Professor João Serra, nenhum projeto cultural ao não dialogar, ao não fazer pontes com as populações locais, com o comércio local, com os deputados locais, cria uma verdadeira osmose entre a instituição e as populações locais.-----

-----Agradeceu depois a resposta que o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu ao senhor Deputado Paulo Batista, em relação à carta que lhe foi distribuída há pouco tempo, considerando-a uma resposta cabal e iluminada.-----

-----Manifestou depois a sua preocupação ao senhor Presidente da Câmara, pelas posições tomadas pelo senhor Secretário de Estado das Florestas em não considerar prioritária a reposição de circulação nas estradas florestais e a fase bravo que se aproxima! Mais uma vez, o Governo mostra-se totalmente inflexível e incapaz de assumir as suas próprias responsabilidades. Cabe ao Estado assegurar a limpeza das estradas florestais. A omissão de tal dever é uma opção inaceitável e irresponsável. O Governo terá assim que se responsabilizar por quaisquer prejuízos futuros que decorram da total inércia dos seus serviços e da real impreparação que denota para atuar em conformidade com o interesse das populações. A interrupção de circulação nas estradas florestais constitui um risco muito grave, em particular no concelho de Porto de Mós – em caso de ocorrência de um incêndio, por impossibilitar a ação dos bombeiros. Um pequeno foco de incêndio poderá assumir proporções de grande gravidade e com danos irreparáveis para a Floresta Nacional,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Regional, Local e para os bens patrimoniais em geral das populações. Mais uma vez a palavra Povo não existe no vocabulário deste Governo Neoliberal do PSD/CDS/PP. Não só existem reais perigos em matéria de prevenção de fogos florestais, como é totalmente desconsiderada a tradição das populações do Concelho de Porto de Mós em usufruir das suas florestas. Chegados aqui, parece dever concluir-se que os cidadãos portomoseses apenas são cidadãos nacionais para pagar impostos e não para usufruir dos bens públicos, que são de todos. Perante esta inoperância do senhor Secretário de Estado, perguntou dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, se existe alguma alternativa.-----

-----**Ana Narciso** pediu a palavra para pedir um esclarecimento relativo à carta resposta ao senhor deputado Paulo Batista, questionando se a mesma era particular ou se havia dado conhecimento dela a alguém. O senhor Presidente da Assembleia Municipal, respondeu que como António José Teixeira chegou atrasado e não ouviu a leitura da mesma, lhe deu uma cópia para ele ler e ficar inteirado do seu conteúdo, dizendo que mais ninguém, nem nesta sala nem em qualquer outro lugar, teve conhecimento desta carta.-----

-----Disse depois que ficou decidido na última sessão desta Assembleia Municipal que seria discutida aqui a proposta apresentada pela senhora deputada Ana Narciso sobre a criação da figura do Provedor do Município. Tendo contactado com os líderes das bancadas dos partidos aqui representados os mesmos chegaram à conclusão de que este projeto requer um regulamento que tem de ser bem pensado porque eventualmente irá mexer com o Regimento da Assembleia Municipal, tendo prometido que iriam trabalhar nesse assunto de forma a que este pudesse ser agendado para junho.-----

-----Ainda quanto à carta/resposta ao senhor Deputado Paulo Batista, disse que o assunto em causa – Campo Militar de São Jorge – é relevante para o concelho de Porto de Mós. O Presidente da Assembleia Municipal, disse, recebeu uma carta do senhor Deputado explicando porque é que o projeto em causa foi aprovado. A carta vinha dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal. O Presidente da Assembleia não a vinculou nessa resposta, vinculando-se apenas a si próprio. Como é o senhor Deputado que lhe escreve e não o Grupo Parlamentar do PSD, respondeu-lhe a título particular. Disse depois ter achado ser seu dever, por uma questão de transparência e ética, dar conhecimento à Assembleia Municipal daquilo que é o seu pensamento e daquilo que respondeu. A Ana Narciso disse que esta não lhe conta novidade nenhuma quando diz que não se revê na carta, reconhecendo-lhe uma grande qualidade – a coerência. A António Pires disse que está inteiramente de acordo com ele, quando diz que as coisas se resolvem não com arrogância, mas com diálogo, acrescentando que se alguém propôs a todas as entidades diálogo, foi esta Assembleia Municipal, tendo-se proposto ele próprio moderar esse diálogo que foi recusado, estando a arrogância nas entidades que recusaram esse diálogo fazendo depois aprovar o projeto e publicando-o em DR. Neste momento, tanto os moradores de São Jorge, como a Câmara

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal e ele próprio Presidente da Assembleia Municipal estão empenhados em inverter esse destino.-----

-----O senhor Presidente da Câmara, usando da palavra passou a responder aos anteriores intervenientes, começando por se congratular, enquanto Presidente da Câmara, pela carta que o senhor Presidente da Assembleia Municipal enviou ao senhor Deputado Paulo Batista, que subscreve inteiramente, referindo que apenas agora teve conhecimento da mesma. Disse depois que o Protocolo que a Câmara em tempos assinou, não tem qualquer validade porque caducou. Foi assinado em 2007, era válido por dois anos, prorrogável por mais um ano, mas como não havia ZEP, a Câmara não pode avançar com o Plano de Pormenor, ou seja, não há Plano de Pormenor porque o Plano de Salvaguarda caducou, dizendo que é pena que os senhores deputados que subscreveram e que levaram o assunto à Assembleia da República, não se tenham inteirado desse pormenor. A Ana Narciso disse que não estranha a sua posição mas que esta carta tem fundamento na deliberação que se tomou aqui nesta Assembleia e que foi aprovada por maioria com os votos dos seus correligionários, sendo que a sua posição é já conhecida há muito tempo, sabendo todos porquê.-----

-----No que se refere à iluminação do Castelo, disse que os projetores estão quase todos a ser substituídos por novos dado que os circuitos apodreceram porque na devida altura não foi acautelada a sua estanquidade, razão pela qual este tem estado às escuras.-----

-----Continuou depois dizendo, falar do 25 de abril, falar de esperança, referindo que subscreve muito do que António Ferraria disse sobre este momento da nossa história recente, sendo este um dos homens de abril e tendo sempre lutado pela liberdade e pelos direitos conquistados em abril. Disse depois, comentando a intervenção de Ana Narciso, falar de esperança em ver de volta os milhares de portugueses que o governo aconselhou a emigrar, perguntando se isto é falar de esperança. Esperança em que muitos portugueses recuperem a dignidade das pobreza envergonhadas que existem presentemente? Esperança em que muitos portugueses voltem a ter emprego, sendo que este Governo é o principal responsável pela degradação do tecido empresarial português, que destruiu a grande maioria das empresas deste País. Disse ainda que está em condições de afirmar que o emprego, segundo documentos que existem, irá rondar os 26% em muito pouco tempo. Esperança em que os portugueses voltem a ter direito à saúde, à educação, direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa. Esperança acima de tudo, que se possa ter alguém no Governo que saiba conduzir a política deste País de forma a torná-lo num país próspero, como já foi em tempos, coisa que não se verifica neste momento. Esperança em mais justiça social.-----

-----**António Pires** interrompeu para fazer um ponto de ordem à mesa, dizendo que o senhor Presidente da Câmara não está a responder aos anteriores intervenientes, referindo que este tem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de responder aquilo que lhe é perguntado. O senhor Presidente da Assembleia disse que o seu ponto de ordem não seria aceite porque nesta Assembleia é permitida alguma liberdade. No contexto das intervenções que aqui se fizeram, que são de política geral, de política do País, o senhor Presidente da Câmara tem todo o direito a responder nos termos que entender.-----

-----Abandonou a sala de sessões o deputado municipal **Luís Monteiro** (PSD), depois de alguns membros da Assembleia eleitos por esse partido terem dito que abandonariam a sala.-----

-----O senhor Presidente da Câmara concluiu a sua intervenção dizendo "não queiram calar o Presidente da Câmara de Porto de Mós, que tem o direito de falar do 25 de abril nesta Casa".-----

-----Respondendo ainda a Ana Narciso, disse que fica lisonjeado quando ela fala das Grutas de Mira de Aire, porque foi este executivo que liderou todo o processo de candidatura das grutas às 7 Maravilhas de Portugal. Quanto ao hotel de Alvados concordou dizendo tratar-se de um dos melhores hotéis do mundo, orgulhando-se enquanto Presidente da Câmara, de ser um dos elementos que lutou pela aprovação da candidatura daquele hotel, sem a qual ele não teria sido possível, tratando-se de um grande investimento no concelho de Porto de Mós.-----

-----A **Miguel Carreno** disse que o hotel de Porto de Mós, está numa situação de impasse e que o processo de reversão está a correr os seus trâmites em tribunal.-----

-----Quanto à Central Termoelétrica, disse que o processo já está aprovado nas várias entidades, pronto para iniciar a obra. Disse ainda que não foi iniciada a obra este ano intencionalmente, pois trata-se de uma obra que vai ser elegível no novo Quadro Comunitário de Apoio. Seria um erro tremendo o Município avançar com esta obra não aproveitando fundos comunitários do novo QREN.-----

-----A **António Ferraria** disse que hoje mesmo foi adjudicada a estrada da Pia Carneira a Vale Florido, em termos de pavimentação e a da Moita do Açor à estrada principal que vai para o Cabeço das Pombas.-----

-----A **António Pires** respondeu que, relativamente ao Campo Militar de São Jorge já se pronunciou. Quanto às obras a que aquele fez alusão não percebeu bem, não sabendo se aquele se estava a referir às obras na estrada que liga a Ribeira de Baixo ao Tojal. Se forem essas, disse que a obra está em curso, tendo sido corrigida a curva e arrancado as oliveiras e estando a fazer fundações. António Pires referiu-se também à rotunda em Fonte dos Marcos e o senhor Presidente da Câmara disse que não, e que isso tem a ver com aquilo que será discutido a seguir porque a situação económica do município tem de ter pilares bem alicerçados e se tem avançado com a construção da rotunda no cruzamento da Fonte dos Marcos a autarquia teria que suportar a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

totalidade dos custos dessa obra. Depois de conversações aturadas com a MSF acordou-se que aquela empresa suportaria parte dos custos com essa obra bem como suportaria parte dos custos com a recuperação do depósito e de alcatroamentos de algumas estradas.-----

-----Por fim passou a responder a **António José Teixeira** quanto à sua preocupação com as florestas, referindo que tem agendada uma reunião com o senhor Secretário de Estado para dia 6 de maio. Disse ainda que existem situações muito preocupantes, referindo que existem duas equipas de sapadores florestais na região que fazem um excelente trabalho de prevenção e de limpeza e também de combate aos incêndios dizendo que se corre o risco de essas equipas serem extintas, porque sobreviviam do subsídio das câmaras e do apoio do ICNB e da Direção Geral de Florestas. Tendo-se fundido, com a reestruturação dos serviços o ICNB e a Direção Geral de Florestas, passou a haver apenas um subsídio do Estado, o que é manifestamente insuficiente para garantir a sua manutenção, o que constitui uma grande perda na questão da proteção e prevenção da região.-----

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD)**, regressando à sala, e pedindo para usar da palavra disse que tem um mandato que lhe foi conferido pelos eleitores e tendo repensado, vai reassumir os trabalhos, pretendendo depois intervir na defesa da honra.-----

-----**António Pires (PSD)** pediu a palavra para defesa da honra, dizendo que se trata da defesa da honra de um deputado da sua bancada, uma vez que o senhor Presidente da Câmara disse que todos sabem porque é que **Ana Narciso** tem a posição que tem relativamente ao Campo Militar de São Jorge. Como ele não sabe, gostaria que o senhor Presidente da Câmara dissesse qual a razão que é suposto todos saberem perguntando ainda se esta deputada não tem direito à sua opinião.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia, dirigindo-se a **Luís Monteiro** perguntou-lhe, uma vez que voltou atrás na sua decisão de abandonar a sala e tendo retomado os trabalhos, o que pretendia agora.-----

-----**Luís Monteiro** disse que queria usar da palavra em defesa da honra, passando a dizer que se voltaram a ouvir gritos nesta Assembleia tendo ficado incomodado, embora não tendo sido consigo diretamente. Disse sentir-se também ferido na sua honra, porque foi um ataque à bancada do PSD por questões de política nacional sendo certo que aqui todos são portomosenses, e que nesta sala ninguém tenha dúvidas que os cidadãos aqui eleitos pelo PSD se manifestam contrários a algumas das políticas tomadas por este Governo, sendo nos sítios próprios, quer partidários, quer de cidadania, que manifestam essas disposições. Disse ainda que não é necessário os eleitos pelo PSD serem aqui tratados desta forma como acabaram por ser pelo senhor Presidente da Câmara. Reforçou depois que o seu mandato foi-lhe conferido em eleições e tendo pensado, perante a triste

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situação que aqui se passou, em abandonar a sala, refletiu melhor decidindo continuar aqui, apesar de não gostar dos episódios que aqui se passaram.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse ao anterior interveniente que, sempre que for preciso gritar para defender a liberdade desta Assembleia, o seu Presidente gritará. Ninguém deixará de intervir nunca para dizer aquilo que sente e que pretende, sendo esta uma Assembleia de homens e mulheres livres.-----

-----PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----**António Tremoceiro:**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse querer agradecer o facto de lhe darem a oportunidade de aqui referir algumas questões relacionadas com o Campo Militar de São Jorge. Disse que há algum tempo foi apresentada uma moção que foi do seu contentamento, quanto a esta questão. Esta moção tem gerado alguns problemas interpretação, em sua opinião, menos corretas, nomeadamente quanto à questão da desclassificação, porque aquilo que foi pedido aqui quanto à moção, foi uma alteração da área classificada de forma a vir de encontro áquilo que a população pretende e áquilo que é de direito da população no que diz respeito aos seus haveres e aos seus bens. Aquilo que tem sido aproveitado é unicamente a palavra desclassificação e o que pedia ao senhor Presidente da Assembleia, é que de certa forma intervisse junto desta Assembleia e que fosse junto dos responsáveis dos Grupos Parlamentares, no sentido de fazer um texto para vir a esclarecer o que é que os moradores de São Jorge pretendem na questão da moção que aprovava a alteração da classificação e não a desclassificação como se quis fazer passar em certos setores. Relativamente à questão da carta, disse que antes disso a Associação de Moradores de São Jorge teve oportunidade de assistir, um pouco incrédulos, na Assembleia da Republica, à discussão do Projeto de Resolução, quer do PS quer do PSD, e incrédulos e desiludidos principalmente pelo facto de a posição do PSD ser completamente contra aquilo que tinha sido aprovado nesta moção e aquilo que de certa forma os moradores pretendiam, abstendo-se de tecer quaisquer comentários sobre a questão da carta e da posição do Dr. Paulo Batista, pois pensa que já foi tudo dito. Continuou dizendo que que o queria era agradecer ao senhor Presidente da Assembleia a carta/resposta que deu ao senhor Deputado Paulo Batista, por entender que tudo o que está expresso nessa carta vem de encontro áquilo que os próprios moradores pensam. Outro ponto que disse querer referir tem a ver com o protocolo que foi assinado entre o IGESPAR e a Câmara Municipal de Porto de Mós. Na sua cláusula 5ª diz-se textualmente que o protocolo que foi assinado tinha a duração de dois anos, prorrogável por mais um ano. Tendo sido assinado em 2007, terminaria assim em 2010. Como não havia a zona especial de proteção, nem tão pouco o monumento porque a publicação referente a este foi publicada em 28.12.2010, foi entendido que esta situação devia ser clarificada encetando conversação com o senhor Presidente sobre a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possibilidade de rescisão desse protocolo começando todo o processo de novo, pois só assim se poderia chegar a uma decisão que fosse do contento de todos. Questionou depois o senhor Presidente no sentido da rescisão do protocolo implicar a devolução da verba atribuída pelo IGESPAR, pedindo à Câmara que encontrasse, num orçamento de cerca de 18 milhões de euros, o montante de trinta mil duzentos e cinquenta euros, para que a resolução deste problema fosse completa e para que não houvesse qualquer dúvida. Concluiu dizendo que o que se pretende na clarificação, é saber se haverá possibilidade de devolver a totalidade do dinheiro, visto que o protocolo só pode ser resolvido com a devolução dessa totalidade. Relativamente à questão do Plano de Pormenor que vem na sequência do protocolo, disse que aquele contempla nada mais, nada menos, do que 183 hectares, cerca de 2 Km². Cerca de 100 hectares é zona *non aedificandi*. Os outros 100 hectares têm condicionantes extremamente lesivas para a população, razão pela qual gostaria que este Plano caísse e se começasse de novo, pois não é possível a população de São Jorge conviver pacificamente com esta situação.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que iria diligenciar junto dos proponentes da anterior moção, nomeadamente os senhores deputados municipais **António Pires (PSD) e António José Teixeira (PS)**, atendendo a que o que o município que interveio pretende é a clarificação do que é que se pretende quando se fala em desclassificação, e que em próxima sessão se proceda a esse esclarecimento, enviando-o depois para os mesmos órgãos para onde a moção original foi enviada.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que tem mantido contactos com o município interveniente, atendendo à sua qualidade de representante dos Moradores de São Jorge, tendo-o informado das *démarches* que a Câmara Municipal tem vindo a fazer junto da Direção Regional. -----

ORDEM DE TRABALHOS:-----

-----1. Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e Respetiva Avaliação, bem como a Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao ano 2012;-----

-----O senhor Vice-Presidente passou a usar da palavra para esclarecer os presentes acerca da matéria em apreciação, face à documentação que foi oportunamente distribuída por todos.-----

-----Depois de explicitar o documento em apreço, disse que o desempenho é bastante bom, devendo todos congratular-se com ele, não devendo ter receio da saúde financeira da Câmara mas sim cautela e sentido da responsabilidade de forma a não estragar o que tem vindo a ser construído em termos financeiros no município.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Pedro Lavado Gomes Vieira (PSD):**-----

-----Disse que apenas queria fazer um reparo, e que na página 31 do documento, no ponto Demonstração de Resultados, o resultado líquido aumentou, mas o texto justificativo refere que reduziu, face aos resultados operacionais.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----No que se refere às contas apresentadas disse que não tem muito a acrescentar, pois o que ali está é plasmar as contas do que foi feito durante o ano. Disse depois que queria chamar a atenção para o seguinte: desde 2006 a 2012 o município encaixou 93 milhões de euros. Em despesas de capital, dinheiro para investimento, o município recebeu 34 milhões e contabilizando os valores do ano de 2013, poder-se-á estar a falar de um valor de cerca de 40 milhões de euros para investimento. A pergunta que faz, é: oito anos depois, com 40 milhões de euros que este concelho recebeu para investimento, será que foi pensada alguma estratégia de crescimento, inclusivamente de se tentar preparar melhor este concelho para o futuro, dizendo que isso é que o preocupa. Quando se pergunta o que é que o País pode fazer, disse que essa ação também passa pelos Municípios, pelas Juntas de Freguesia e por todos individualmente, concluindo que os municípios podem fazer muito. Continuou dizendo que os municípios podem implementar políticas que cativem investimentos, dizendo que a esse nível temos sido uma nódoa, nomeadamente quanto a cativar investimentos para a zona industrial. Disse ainda que os investimentos que têm sido feitos, nomeadamente na vila de Porto de Mós, são importantes para a comunidade em geral, mas não vai ser isso que irá cativar pessoas para este concelho.-----

-----**António Manuel Ferreira de Almeida (PS):**-----

-----Disse que não pode deixar de louvar o excelente trabalho feito pelo executivo, razão pela qual votará favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que depois de ouvir aqui as contas do Município, só pode concluir que os governantes nacionais só podem ter muito a aprender com a gestão da Câmara de Porto de Mós nos últimos 39 anos, estando aqui um bom exemplo de como se gerem dinheiros públicos.-----

-----Disse depois, em relação às contas, que houve aqui uma rubrica que o deixou algo preocupado e que tem a ver com as dívidas dos utentes que revelam um aumento de 400%, o que é manifestamente um sinal de crise por que passa a sociedade portomosense. A isto o senhor Vice Presidente disse que se tratam de verbas que não estavam contabilizadas anteriormente.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto à despesa corrente, referiu que o senhor Vice Presidente havia dito que a mesma baixou, dizendo que no entanto não se pode esquecer que grande parte dessa diminuição foi à custa dos subsídios de férias e de natal dos colaboradores da Câmara, que não os receberam.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Usou da palavra para colocar algumas questões à Câmara, nomeadamente quando no documento distribuído se fala em transferências, perguntando se essas se referem a transferências do Orçamento Geral do Estado. -----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para se congratular com os excelentes resultados aqui apresentados e reconhecidos por todos. Disse depois que, dos cem municípios que constituem a Região Centro em termos de NUT II, Porto de Mós está em 34º quanto a capacidade de realização, de taxa de execução, sendo que, apenas existem quatro em termos de mais realização quanto ao montante do que o Município de Porto de Mós, dizendo ser esse um facto de que todos se devem orgulhar. Esta informação consta de um documento que foi distribuído ontem por todos os municípios pelo Mais Centro.-----

-----Seguidamente, passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo a **Pedro Vieira** que o erro que este referiu será corrigido.-----

-----A **Carlos Venda** disse que este não trouxe grande novidade dado que o teor das suas intervenções são recorrentes e dizendo que em parte concorda com ele. Disse que efetivamente se precisa de crescimento a partir das condições que se possam criar para que as pessoas se possam fixar. Essas condições são criadas com a criação de infraestruturas, ou seja, acessibilidades e dos equipamentos estruturantes na sociedade – ensino, saúde, estradas.-----

-----Quanto aos parques industriais, disse que existem três no concelho, que estão em condições de receber empresas que irão contribuir para a fixação de pessoas no concelho que promoverão o dito crescimento a que o anterior interveniente se referia.-----

-----Quanto ao turismo, disse que têm sido criados polos que poderão promover a procura turística no concelho, nomeadamente o Parque Verde, dizendo que a função da autarquia não é construir infraestruturas para o turismo mas criar as condições de atratividade.-----

-----Quanto à questão dos 40 milhões de euros, disse que lhe parece ser absolutamente inquestionável o esforço de investimento que tem vindo a ser feito pela autarquia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A **António Pires** disse que a dívida de terceiros têm a ver com documentos de receita, sobretudo referentes a água, sendo que este ano foram registados pelo ato de quando a receita é gerada e não pelo ato da cobrança como era feito nos anos anteriores. Esses 149 mil euros não resultam assim de um acréscimo de dívida por via de condições económicas dos municípios mas pela razão que acabou de explicar.-----

-----A **António Ferraria** disse quanto à execução orçamental, que o orçamento que foi aqui aprovado em 2011 previa receitas e despesas, sendo que se trata de um documento previsional. Neste momento o que se está aqui a apreciar é o grau de concretização que foi estimado em dezembro de 2011.-----

-----**Carlos Venda** pediu a palavra para fazer um pequeno comentário às palavras do senhor Vice Presidente, dizendo que em 2006, quando este executivo veio para a Câmara, havia empresas e havia muita capacidade de endividamento para estender a Zona Industrial. Disse ainda que desde 2002, que o Regulamento do Parque Industrial é exatamente o mesmo e que as realidades são completamente diferentes. Disse depois quanto ao turismo, que Alvados, Alcaria e Serro Ventoso, estão a fazer algumas chamadas para as pessoas virem ao concelho de Porto de Mós. Terminou dizendo que, do que discorda mesmo de investimentos em acrescentar salas em escolas básicas e afins, considerando ser um desperdício. Disse depois que o modelo que preconiza não dá votos rapidamente, mas que o futuro seria melhor.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e Respetiva Avaliação, bem como a Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao ano 2012** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com oito abstenções e vinte e três votos a favor**.-----

-----**2. Modificações Orçamentais: 1ª revisão ao Orçamento do Ano de 2013 e 3. Modificações Orçamentais: 1ª revisão às Grandes Opções do Plano do Ano de 2013;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que estes dois pontos resultam da lei e têm a ver com a inclusão do saldo orçamental de 2012, que é de cerca de 474 mil euros. A distribuição deste saldo tem a ver com o reforço da rubrica da modernização administrativa, com a ampliação do cemitério de Porto de Mós e com a requalificação da ponte chamada da "Ti Teresa", entre outras.-----

-----**António Pires** suscitou uma dúvida quanto à redação da ordem de trabalhos, referindo que a mesma não está em conformidade com os documentos distribuídos que mencionam revisão e não modificação. A pedido do senhor Presidente da Câmara, Drª Neuza Morins esclareceu que existem dois tipos de modificações orçamentais: a revisão e a alteração. Esta última não carece de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aprovação pela Assembleia Municipal bastando a aprovação em reunião de câmara ao contrário ao que se passa relativamente à revisão que necessita de ser aprovada pela Assembleia Municipal. Assim sendo a designação que consta da ordem de trabalhos é a correta tecnicamente.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o ponto 2 da ordem de trabalhos – **Modificações Orçamentais: 1ª revisão ao Orçamento do Ano de 2013** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com oito abstenções**.-----

-----Seguidamente, foi posto a votação o ponto 3 da ordem de trabalhos - **Modificações Orçamentais: 1ª revisão às Grandes Opções do Plano do Ano de 2013** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com oito abstenções**.-----

----- **4. Informação nos termos e em cumprimento do ponto 5 da autorização prévia concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2012 e de 20 de dezembro 2012, no âmbito da Lei dos Compromissos:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que este ponto tem a ver com a delegação que a Assembleia Municipal fez à Câmara, no sentido de o executivo poder adjudicar as obras com o compromisso de depois dar conhecimento à Assembleia das mesmas, o que está a fazer neste momento. Disse ainda que as obras em questão constam do documento que foi oportunamente distribuído por todos os deputados municipais.-----

-----**5. Autorização de Abertura de Procedimento Concursal para recrutamento, com vista à constituição de relação jurídica de emprego público:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que se trata de uma redundância da lei, dado que já foi dada autorização pela Assembleia Municipal aquando da aprovação do mapa de pessoal, em dezembro. Este concurso destina-se a dotar os serviços do município de um técnico ligado ao ambiente – engenheiro do ambiente, que neste momento existe, sendo imprescindível neste momento, haver alguém dessa área.-----

-----Não havendo inscrições, foi este ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

----- **6. Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98, de 26 de maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância (Artigo 10º da Lei nº 24/98, de 26 de maio):**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que foi cumprido o estatuto da oposição, nomeadamente tendo sido dado conhecimento às forças políticas que estão presentes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na assembleia municipal e que não têm representação no executivo municipal.-----

----- **7. Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Porto de Mós e 8. Regulamento Municipal de Publicidade do Município de Porto de Mós:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra, disse que os quatro pontos que se seguem, todos resultam da necessidade de adaptação dos regulamentos à legislação que entretanto foi saindo, nomeadamente no que se refere ao licenciamento zero e à modernização administrativa. O licenciamento zero é uma iniciativa integrada do programa SIMPLEX e que procura tornar mais fácil a abertura de alguns negócios através da eliminação de pareceres prévios, licenças e vistorias. Esta simplificação de procedimentos levaram a uma maior responsabilização dos agentes económicos e ao reforço de fiscalização posterior à abertura dos estabelecimentos. Em suma, as alterações introduzidas consistem na adaptação Decreto Lei nº 48/2011, com a introdução de critérios que devem ser observados, respeitando a salvaguarda da segurança, do ambiente e do equilíbrio urbano, cujas figuras jurídicas passam a ser de mera comunicação prévia. Como o próprio nome indica, trata-se de o promotor fazer uma comunicação antes da prática do ato inerente à atividade, cabendo depois à fiscalização verificar a conformidade com as normas em vigor.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):** disse que foi consultar noutras câmaras o que se passa ao nível dos regulamentos nestas áreas, tendo verificado que qualquer munícipe que mude de concelho, tem que ler todos os regulamentos do Município para onde vai. Disse depois que já tinha apelado a que as Comunidades Intermunicipais se debruçassem sobre isto para que houvesse alguma harmonia de procedimentos pois que numa época de grande debilidade das famílias tudo devia ser mais fácil e simples.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder à anterior interveniente dizendo que se esta analisou os regulamentos das Câmaras da NUT III deve ter verificado que estes são praticamente cópias uns dos outros, pois tudo foi decidido conjuntamente na AMLEI. Foi feito um esforço de uniformização destes regulamentos por parte daquela entidade.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o ponto **7. Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Porto de Mós** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----Tendo chegado à mesa uma proposta assinada por treze membros desta assembleia, eleitos pelo PSD, o senhor Presidente da Assembleia passou lê-la:-----

-----**PROPOSTA**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Considerando a conjuntura económica e social que o País atravessa;-----

-----Considerando as dificuldades por que estão a passar empresas e empresários;-----

-----Considerando a crescente taxa de desemprego como consequência do fecho de algumas empresas e estabelecimentos comerciais;-----

-----Como forma de reconhecimento e estímulo às empresas e empresários que no concelho de Porto de Mós continuam numa luta pela sobrevivência vimos propor o seguinte:-----

-----Isentar todas as empresas e empresários, com sede ou estabelecimento a laborar no concelho da taxa de publicidade, enquanto o PIB nacional não voltar a crescer;-----

-----Isentar as empresas e empresários da taxa de publicidade municipal, sempre que comprovem ter sido já aplicada a taxa de publicidade fixada pelas Estradas de Portugal, nas áreas de jurisdição desta entidade, evitando assim uma duplicação de taxas de publicidade sobre o mesmo espaço. Apesar de sabermos que esta proposta vai provocar uma redução nas receitas de publicidade para o Município de Porto de Mós, o sinal que se transmite às empresas e empresários, pode ser um estímulo para que continuem a lutar, para que este concelho possa vir a ser uma terra de sucesso com a colaboração de todos.-----

-----Porto de Mós, 26.04.2013 (Os eleitos do PSD).-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que esta proposta devia ser discutida no âmbito do ponto 9 da ordem de trabalhos - **Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós**. Assim, e se a maioria não se opuser, ir-se-ia votar primeiramente o ponto 8.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que esta proposta não pode ser aprovada, porque houve um período de inquérito público, durante o qual deviam ter sido enviadas sugestões. Assim sendo, disse pensar que legalmente não poderá ser aprovada. Disse depois que quanto à proposta propriamente dita, não faz sentido isentar as empresas sedeadas no concelho de Porto de Mós das taxas de publicidade, passando a perguntar se os bancos não iriam pagar publicidade neste concelho bem como as grandes cadeias de supermercados.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou depois a pôr a votação o ponto 8 da ordem de trabalhos - **Regulamento Municipal de Publicidade do Município de Porto de Mós** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com trinta votos a favor e uma abstenção**.-----

-----**9. Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para reforçar o que disse anteriormente acerca da extemporaneidade desta proposta apresentada pelo PSD. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia alertou todos os presentes para o facto de que o que está em discussão neste momento é o ponto 9 da ordem de trabalhos e não a proposta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentada pela bancada do PSD, podendo depois, ou não, ser votada a seguir.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD)**, usando da palavra disse que iria pronunciar-se sobre a proposta apresentada pela sua bancada dizendo que o valor das taxas da publicidade é pouco relevante estimando-se em cerca de trinta mil euros. Disse depois que, esse valor acaba por traduzir-se em muito mais, dado que o funcionário na Câmara que desempenha essa tarefa não faz mais nada. Trata-se ainda de uma taxa que pela sua natureza, provavelmente devia ser eliminada porque deve dar tanto trabalho a cobrar que o valor recebido não é compensatório, não vendo assim razão nenhuma para esta não ser uma proposta de todos.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire/PS)**:-----

-----Disse que apenas queria pôr uma questão em relação ao artigo 26º, nº 3 e 27º, nº 7, perguntando se estas taxas de, por metro linear e por ano se se aplicam à Lusitânia Gaz, à EDP e outras que tais, e se por acaso nas empresas de telecomunicações, não existe uma sobreposição relativamente à Taxa dos Direitos de Passagem. Em relação ao nº 7 do artigo 27º que faz menção à ocupação de espaço público com tubos para fins agrícolas comentou a discriminação negativa relativamente à agricultura.-----

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD)**:-----

-----Usando da palavra, referiu-se à proposta que foi aqui apresentada, uma vez que poderá enquadrar-se neste ponto da ordem de trabalhos porque é do diálogo e da troca de ideias que pode surgir alguma solução. Disse depois que também concorda com o facto de o chocar a isenção de algumas empresas com grande volume de negócio,s mas isso não deverá invalidar o bom fundamento da proposta apresentada. Nesta conformidade, sugeria, se a assembleia estivesse de acordo, em fazer-se uma "reescritura" da proposta no sentido de estabelecer essa isenção apenas para empresas com um volume de negócios até ao montante de "X". Quanto à extemporaneidade da proposta, disse que, ainda que não se possa nesta fase fazer alguma alteração ao texto que aqui vem para aprovação, isso não inviabiliza que possa haver outra alteração ao regulamento, indo aquele novamente para discussão pública, desde que haja vontade política para isso. Se há discordância em relação a algum aspeto da proposta, disse que gostava que esta fosse objeto de uma discussão por parte de todos os deputados, eventualmente criticada, eventualmente reescrita e com o contributo de todos, para que pudesse trazer aqui uma mais valia e algum incentivo e estímulo aos empresários do concelho, sendo uma discriminação positiva que se pode aqui fazer.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD)**, usando da palavra disse que uma das formas de estabelecer um critério para o pagamento de taxas de publicidade seria em função do número de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalhadores que essa empresa possui, propondo que as empresas que tivessem mais de mil empregados pagariam a respetiva taxa. Acrescentou ainda dizendo que a bancada do PSD gostaria que esta fosse uma proposta conjunta da Câmara e das outras forças políticas representadas nesta Assembleia.

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Usando da palavra, disse que, tendo em conta toda a situação de crise e de dificuldade por que passam as empresas, sobretudo as pequenas e médias empresas, concorda com essa isenção aplicada a estas. Quanto às grandes empresas, tais como os bancos, disse não concordar.

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Passou a referir-se à proposta apresentada dizendo que ficaria muito satisfeito, se ela saísse daqui com as alterações que se julguem convenientes. Em relação aos bancos e às grandes empresas perguntou se uma grande empresa se quisesse instalar no concelho, se a Câmara não a isentaria de taxas, só pelos postos de trabalho que a mesma iria gerar no concelho. Disse depois estar a aberto a que as outras bancadas se associem à proposta, introduzindo-lhes as alterações que se julguem convenientes.

-----Em relação à Tabela de Taxas que foi apresentada disse que se está perante uma Câmara Municipal que tem as contas bem consolidadas e bem geridas, sendo nesta altura que tem de se mostrar que se está aqui para colaborar com todos. Se se olhar para os números desta Tabela de Taxas, verifica-se que se está aqui a propor um aumento de cerca de 3%, perguntando se esta Câmara não tem condições durante um ano ou dois, de não subir estas taxas. Referiu depois outra situação: no Regulamento da Publicidade a Câmara juntou dois pareceres, um da DECO e outro das Estradas de Portugal, e num dos pareceres da DECO que a Câmara acatou, é dito que a situação configurava uma situação de manifesto enriquecimento sem causa, fazendo depois alusão ao facto de na Tabela de Taxas e Licenças a cobrança ser feita por metro quadrado e por fração e perguntando se esta situação não pode também constituir uma situação de enriquecimento sem causa, já que uma fração inferior ao metro quadrado pagará como se o fosse.

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Usando da palavra pediu ao senhor Presidente da Assembleia que lhe recordasse por quanto tempo seria a isenção contida na proposta apresentada, tendo aquele dito que a proposta refere concretamente *"isentar todas as empresas e empresários, com sede ou estabelecimento a laborar no concelho da taxa de publicidade, enquanto o PIB nacional não voltar a crescer."*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Continuando a usar da palavra António José Teixeira, disse que face a isto a sua primeira questão é saber durante quanto tempo é que esta isenção permaneceria, dizendo ser necessário que o PSD quantificasse esta questão. Por outro lado, a questão da isenção das publicidades dos estabelecimentos comerciais e das empresas ainda tem outros contornos. Referiu-se depois à publicidade que está dentro de zonas classificadas pela Secretaria de Estado da Cultura, perguntando o que é que é mais caro, a taxa que é cobrada pela Câmara ou a prévia aprovação pela Secretaria de Estado da Cultura dessa publicidade. Disse que esta questão também não está contemplada na proposta que foi apresentada. Disse depois que a proposta apresentada está um pouco desequilibrada, dizendo que o senhor Presidente da Câmara tem alguma razão no que diz, pois não se vão isentar os bancos do pagamento desta taxa. Continuou dizendo que os bancos são os responsáveis da especulação internacional que temos neste momento, porque o pântano de juros cobrados a Portugal e aos países do sul da Europa são incobráveis, quanto mais, amortizar o empréstimo. Terminou dizendo que, ou o PSD faz aqui uma desrinça no sentido de não meter tudo no mesmo saco, dizendo-se aí sim, disposto a colaborar, ou da forma como ela está, o seu voto será completamente contra.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Pedi a palavra para dizer que este é que é o verdadeiro espírito de uma Assembleia, o estender a possibilidade às outras bancadas de poderem melhorar um documento. Disse depois dirigindo-se ao senhor Presidente que esta assembleia é soberana na aprovação dos regulamentos e das alterações que lhe queiram fazer. Como disse Luís Monteiro, o regulamento pode ser alterado aqui, sob proposta dos membros da assembleia, votado, voltando a discussão pública e sendo mais uma vez presente neste plenário para aprovação.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra e dirigindo-se a **Ana Narciso**, perguntou se o que se pretende é abrir as portas a todo o tipo de publicidade que se queira aqui fazer de forma gratuita e sem qualquer tipo de controlo por parte da Câmara Municipal. Continuou dizendo que compreendia a proposta mas que não a aceitava, dizendo que se trata de uma proposta que está completamente descontextualizada da realidade. Quanto à questão das frações, disse que é em função da área que o valor a pagar é calculado. Continuou dizendo que no documento que vem a seguir, que é o projeto de alteração ao Regulamento Municipal de Operações Urbanísticas, é que deviam ter a coragem de dar um louvor à Câmara, porque aí sim, foram reduzidas substancialmente as taxas que o Ministério da Economia havia proposto, porque essas taxas é que têm expressão nas empresas instaladas no concelho de Porto de Mós.-----

-----**António Pires** disse que queria fazer um ponto de ordem à mesa, tendo o senhor Presidente da Assembleia dito que se estão aqui a misturar duas coisas, sendo uma a votação do ponto 9 da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ordem de trabalhos e a outra a proposta que foi apresentada pelos eleitos do PSD. Desta forma, poria a votação primeiramente esse ponto da ordem de trabalhos dando depois oportunidade à assembleia de novamente se voltar a pronunciar sobre a proposta apresentada, dizendo que aquilo que aquela decidir é soberano.-----

-----Assim, o senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto 9 da ordem de trabalhos - **Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com sete votos contra, duas abstenções e vinte e dois votos a favor**.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia passou a ler novamente a proposta apresentada pela bancada do PSD e acima transcrita.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**:-----

-----Usando da palavra, disse que já viu que a questão aqui tem a ver com as empresas que não têm sede no concelho, propondo que na proposta apresentada se retire a expressão "...com sede ou estabelecimento a laborar no concelho", ficando apenas "...com sede no concelho." Disse ainda que como proponente, continua disponível para a alteração da proposta.-----

-----**António Manuel Ferreira de Almeida (PS)**:-----

-----Usou da palavra dizendo que apenas queria passar a ler a informação que acompanhava o projeto de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Licenças do Município de Porto de Mós, e em que se dava conhecimento de que tendo decorrido o período de apreciação pública aberto a todos os que entendessem formular sugestões ao documento em apreço não ocorreu qualquer reclamação ou análise do mesmo, pelo que se remeteu o respetivo projeto à Assembleia Municipal para aprovação.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD)**, disse que as pessoas que apresentaram a proposta não estão a pôr em causa nada do que consta do projeto de Regulamento. A única coisa que estão a propor, e com as limitações que possa haver, é que, enquanto não houver crescimento do PIB, a Câmara abdique de receber as receitas dessas taxas. Disse ainda que provavelmente a proposta não irá ser aprovada, sendo uma pena porque é uma proposta correta que devia ser defendida por todos os membros desta Assembleia. Para a Câmara esta receita não tem significado maior e as pessoas e as empresas estão a sofrer extraordinariamente. Concluiu dizendo que provavelmente dá mais trabalho cobrar esta taxa do que a receita que ela origina.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU)**, disse que não iria acrescentar muito mais do que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse há pouco, reforçando que concorda com a proposta quando a mesma seja dirigida apenas às pequenas e médias empresas.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):** --

-----Disse que neste assunto voltaria um pouco atrás, porque ficaram todos sem resposta nas perguntas que fizeram em relação ao ponto 9. Disse depois que estando o regulamento a que corresponde o ponto 9 aprovado, se forem agora aprovadas isenções, vão estar a desaprovar o que há cinco minutos foi aprovado. Disse ainda que lhe parece que este documento nem sequer deveria ter sido aceite pela mesa como proposta, devendo ser, quando muito uma recomendação à Câmara.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a perguntar às duas principais bancadas se existia receptividade para trabalhar este documento. Tendo a resposta sido negativa, **colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido rejeitada, com dez votos a favor.**-----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD)** pediu a palavra para fazer uma declaração de voto, dizendo que tem imensa pena que este ponto não tenha sido trabalhado, e que no último “O Portomosense” se fala exatamente do estado caótico do comércio em Porto de Mós. Quanto mais caótico estiver o comércio em Porto de Mós, menos receitas a Câmara Municipal recebe e menos o concelho se desenvolve. Disse ainda que tem imensa pena que aqui se faça uma diferença entre PS e PSD porque todos aqui são deputados municipais, que estão para trabalhar em prol do concelho e das pessoas que os elegeram. Disse ainda que ficou dececionado neste mandato, quando viu a grande divisão que aqui havia. Todas as vezes que foi chamado a trabalhar em conjunto com colegas do PS para redigir moções ou outros documentos, o trabalho correu bem não havendo qualquer tipo de separação ou discriminação. O que se pretendia com esta proposta era dar um sinal às pessoas e empresas, de solidariedade.-----

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD)**, usando da palavra disse que o senhor Presidente da Assembleia aquando da votação da proposta apenas perguntou quantos votavam a favor, não tendo perguntado quantos se abstinham nem quantos votavam contra, tendo logo anunciado que a proposta estava rejeitada.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que não queria que houvesse dúvidas na votação da proposta, procedendo-se de imediato a nova votação. Assim, foi **a proposta rejeitada com dez votos a favor, cinco abstenções e dezasseis votos contra.**-----

-----**Helder Paulino Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima – PS)**, pediu a palavra para fazer uma declaração de voto dizendo que tanto quanto sabe, a bancada do PSD

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não convidou a bancada do PS para a elaboração da proposta apresentada.-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS)**, também fez uma declaração de voto, dizendo que entende o discurso de Carlos Vieira, sendo capaz de o subscrever, mas que não entende porque não se fez o trabalho que atempadamente se devia fazer, por parte da bancada do PSD com a bancada do PS.-----

-----**António Pires (PS)**, pediu também para usar da palavra, dizendo que os senhores da bancada do Partido Socialista podem acusá-los de tudo, menos disso. Continuou dizendo que foi aqui apresentada em dezembro uma proposta acerca do IMI, e que alguns deputados do Partido Socialista a quem ele perguntou como é que votaram contra, responderam que não estavam presentes, dizendo agora que o PSD não os convida para apresentarem propostas. Disse ainda que o PSD não tem culpa de, daquela bancada não saírem propostas capazes para todos poderem colaborar no desenvolvimento do concelho.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD)**, disse que está bastante triste como o desenvolvimento dos trabalhos, e a razão fundamental, é que não considera que sejam todos suficientemente livres para votar como podiam e deviam. -----

-----**10. Relatório Anual da Atividade da CPCJ de 2012;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara deu a palavra à vereadora Rita Cerejo, que passou a dar conta da Atividade da CPCJ no ano de 2012, conforme documentação que foi oportunamente distribuída por todos os deputados, disponibilizando-se para prestar algum esclarecimento que os deputados necessitassem.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD);**-----

-----Congratulou-se com o cuidado que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens teve em apresentar um relatório detalhado da sua intervenção. Perguntou depois, estando a CPCJ instalada num edifício que tem partes comuns com um outro, se assim se preserva a privacidade das pessoas e das situações ali acolhidas. Continuou dizendo, que se a outra parte do edifício for adjudicado a alguém da restauração, como é que se preserva essa privacidade. Disse que uma das coisas que leu no relatório e que lhe chamou a atenção, e que gostaria de ouvir da parte dos responsáveis foi o seguinte: *“as problemáticas mais relevantes que surgiram como motivo de intervenção foram, a negligência, segue-se de perto a violência doméstica e a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar da criança e do jovem.”* A Comissão apresenta encaminhamento para a negligência, para a exposição a comportamentos, mas não apresenta nenhum encaminhamento para a violência doméstica perguntando qual o caminho que a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Comissão está a fazer em relação a este assunto que preocupa a todos. Referiu depois, que em tempos foi pensada aqui a construção de uma casa de acolhimento para vítimas de violência doméstica, dizendo que este é um projeto que deveria ser retomado. Disse depois que gostaria de saber se há ligações a outras instituições que lidam com esta problemática.-----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD)**, disse que faz parte da Comissão Alargada tendo ficado com ótima impressão do grupo de pessoas que integram esta Comissão. Das reuniões em que tem participado tem verificado que as pessoas que estão mais diretamente relacionadas com os assuntos concretos, dão resposta aos problemas aqui colocados por Ana Narciso preservando a confidencialidade que aqui foi suscitada, tendo empenhamento total. Disse depois que o espaço em que a Comissão está instalada não lhe agrada muito e que se algum dia for possível encontrar um outro espaço seria bom. -----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que a senhora vereadora Rita Cerejo iria responder às questões que aqui foram colocadas, mas que queria aqui deixar uma nota quanto à questão da privacidade que Ana Narciso aqui levantou, dizendo que a privacidade está garantida havendo um espaço autónomo para a receção das pessoas.-----

-----Quanto à casa de acolhimento para o acolhimento de vítimas de violência doméstica disse que neste momento não há acordos com a Segurança Social e que esta deputada devia era preocupar-se com a abertura da Unidade de Cuidados Continuados que está há dois anos concluída e na qual foram investidos quase três milhões de euros, havendo também ali dinheiro investido do Município de Porto de Mós, pelo que ficar-lhe-ia muito bem movimentar-se junto do atual Governo para abrir aquela instalação que ali está abandonada.-----

-----Seguidamente passou a responder aos anteriores intervenientes a senhora vereadora Rita Cerejo, dizendo que privacidade não é o mesmo que secretismo e quando a CPCJ estava instalada neste edifício dos Gorjões as pessoas eram atendidas num gabinete no andar de cima para preservar a confidencialidade dos casos. A falta de privacidade que aqui havia, era imputável às próprias pessoas que na receção começavam logo por expor os seus problemas sendo essa uma das razões que a levou a insistir para este serviço ser instalado noutra local, para além da dedicação quase exclusiva dos técnicos da Câmara que estão afetos à Comissão, dado que acabavam por ter o seu trabalho sistematicamente interrompido pelos atendimentos que se sucediam, não havendo uma escala de funcionamento na Comissão que permitisse que estivessem aqui os técnicos estranhos a estes serviços, a fazer os atendimentos. Depois de ser feita uma escala, começou então a procurar-se um local para instalar a CPCJ, tendo sido o senhor Presidente da Câmara que se lembrou daquele local uma vez que não seria para colocar a concurso, tendo sido imediatamente aceite. Reforçou o que disse, de que privacidade não é secretismo, referindo que lá ninguém vê papeis, ou nomes, nem ninguém sabe qual é a problemática de que as pessoas vão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tratar. Referiu ainda que mesmo nas reuniões da Comissão restrita, os processos são tratados pelo número e eventualmente pelo primeiro nome da criança para ser de mais fácil identificação pelos técnicos. Quanto às problemáticas, disse que a violência doméstica não é tratada, nem é matéria da alçada da Comissão e só apenas quando existem menores inseridos nesse contexto a Comissão é chamada a intervir. A maioria dos casos de violência doméstica são encaminhados para o Ministério Público conforme a lei exige, não sendo a Comissão que aplica medidas pois não é essa a sua função, fazendo apesar disso, por vezes, a ligação com diversas entidades competentes. -----

-----**Carlos Venda** pediu a palavra para referir, quanto à Unidade de Cuidados Continuados, que o senhor Presidente da Câmara foi incorreto com Ana Narciso porque sabe muito bem o que foi feito junto do Secretário de Estado e qual o compromisso deste, tendo chegado a haver um dia marcado para aquela instituição abrir, não sendo pois correto dizer que não se está a fazer nada, para que essa situação urgente seja tratada. -----

-----**11. Alteração à Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós (Urbanismo) incluída no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós e 12. Regulamento Municipal da Realização de Operações Urbanísticas;**-----

-----Usando da palavra, o senhor Presidente da Câmara passou a referir que os dois pontos que foram aditados à ordem de trabalhos têm a ver com a recomendação feita pela ANMP, pela urgência que a Câmara tem em os fazer aprovar e que resulta muito do programa simplex que recebeu um novo impulso, indo avançar agora. Atendendo a que os dois pontos estão interligados entre si disse que iria pronunciar-se sobre os dois em simultâneo, dizendo que tudo isto tem muito a ver com o licenciamento zero, pois trata-se de adaptar estes regulamentos à lei - Decreto Lei nº 48/2011 de 1 de abril, que implementou este regime que entrará em vigor muito em breve e que simplifica o regime de acesso a diversas atividades económicas.-----

-----Disse depois que o que está aqui previsto foi acordado e uniformizado com os vários municípios do distrito, nomeadamente com o município da Batalha, atendendo à proximidade entre os dois.-----

-----Referiu depois que as taxas propostas pelo Ministério da Economia são muito superiores àquelas que a Câmara está aqui a propor, estando aqui o grande apoio que a Câmara pode dar às indústrias do concelho de Porto de Mós no âmbito do sistema da indústria responsável, chamado SIR.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Sobre os assuntos em discussão, disse que está mais que visto que, aquilo que vem sendo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proposto aqui, é única e exclusivamente por vir da bancada de onde vem, porque no fundo a proposta que a bancada do PSD apresentou há pouco, ia salvar o executivo, porque este, segundo disse o senhor Presidente, está a cometer uma ilegalidade, isentando algumas empresas do pagamento das taxas, quando era o mesmo que eles próprios estavam a sugerir, mas essa é uma ilegalidade da responsabilidade do executivo.-----

-----Em relação a estes regulamentos, referiu o que o senhor Presidente disse que as taxas que está a propor aqui são mais baixas do que aquelas que o governo propõe. Disse depois, em jeito de conclusão, que se irá abster nestas propostas, dado que não teve oportunidade de analisar os documentos, pelo que não pode votar nem a favor nem contra, não sabendo o que é que está a votar. Disse acreditar no senhor Presidente quando ele disse que as taxas propostas pelo Governo são maiores do que as fixadas pela Câmara, mas nada lhe diz que ambas não sejam especulativas.-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que gostava de ser esclarecido pela Câmara acerca deste tipo de taxas e se existe ou não diferença entre empresas mais poluidoras ou menos poluidoras, no sentido de quem mais poluir mais paga. Sobre aquilo que António Pires acabou de dizer acerca da especulação a nível central ou local, disse pensar que este tem alguma razão, principalmente quanto ao nível do Governo Central, porque de facto, tanto o ministro da economia bem como do das finanças, são altamente especulativos.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD)** usando da palavra, disse que não está em condições de votar um documento que, segundo as palavras do senhor Presidente da Câmara, pode estar ferido de ilegalidade e que não teve oportunidade de analisar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara interpelou a anterior interveniente dizendo que estes dois projetos de regulamento foram enviados para todos os deputados quando foram colocados em discussão pública, conforme ficou aqui acordado na última sessão da assembleia municipal, pelo que todos os deputados tiveram acesso aos documentos agora apresentados para aprovação.-----

-----Quanto aos documentos que estão em apreciação estarem ou não feridos de ilegalidade, disse que o que foi recebido do ministério da economia foi uma recomendação.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o ponto 11 da ordem de trabalhos - **Alteração à Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós (Urbanismo) incluída no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com um voto contra, dez abstenções e vinte votos a favor.**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente, foi posto a votação o ponto 12 da ordem de trabalhos - **Regulamento Municipal da Realização de Operações Urbanísticas** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com vinte votos a favor e onze abstenções**.-----

-----**13. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que apenas iria fazer alusão a duas ou três questões uma vez que o documento em causa foi distribuído atempadamente por todos os membros da assembleia.-----

-----Disse depois que queria esclarecer que os acessos ao Centro Escolar de Pedreiras estão praticamente concluídos, faltando apenas colocar a ponte que está pronta, mas que não está colocada por questões burocráticas que se prendem com uma autorização das Estradas de Portugal, que finalmente ficou desbloqueada. Referiu também que está adjudicada a pavimentação nas diversas ruas de algumas freguesias do concelho, nomeadamente no de S. Bento. Disse ainda que também está em fase de contrato a construção da rotunda do cruzamento velho de São Jorge, bem como está em fase de adjudicação a 2ª fase do Parque Verde da Vila, pois tiveram que ser pedidos diversos pareceres a diversas entidades.-----

-----**Maria Lídia Vieira Santos Coelho Semião (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, usou da palavra para informar, no âmbito do seu trabalho na Segurança Social, que vai ser aberta a possibilidade de as autarquias e instituições particulares de solidariedade social e outras organizações sem fins lucrativos, poderem candidatar-se a receberem beneficiários do Rendimento Social de Inserção para o desempenho de atividades socialmente uteis. Estas funções não serão executadas durante todos os dias da semana – sendo-o apenas durante três dias, não trazendo encargos para as entidades, para além do pagamento do subsídio de refeição, se trabalharem mais de quatro horas por dia e as despesas com transporte.-----

-----Disse depois que as cantinas sociais têm vindo a crescer no distrito, havendo a possibilidade de fazer novos protocolos, havendo no concelho de Porto de Mós apenas uma cantina que já aumentou o número de refeições diárias. Existem no entanto algumas zonas do concelho que, previsivelmente terão algumas famílias e sobretudo crianças que poderão não ter asseguradas as refeições diárias, pelo que apelou a que se houver alguma dificuldade a esse nível em alguma das freguesias do concelho, que se contactem os técnicos do serviço local ou distrital para se poder apresentar a situação superiormente.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD):**-----

-----Disse que só queria referir, para que não saiam daqui mal entendidos, que as suas intervenções aqui tiveram apenas a ver com o seu entendimento acerca da condução dos trabalhos naqueles momentos e que nada de pessoal, antes pelo contrário, o move contra a pessoa do senhor Presidente da Assembleia.-----

-----**Maria Teresa Jorge Gomes (PS)**, usando da palavra dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara dizendo que a execução do restante saneamento para a freguesia de Calvaria de Cima ainda não está aqui mencionado, estando a tornar-se numa necessidade premente.-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Disse que queria dar os parabéns à Câmara Municipal e à Técnica que está a frente do Museu Municipal, pois teve oportunidade de há pouco tempo visitar o museu tendo visto com agrado um trabalho bastante bom a nível de museografia e de conservação e restauro. Disse ainda que no entanto queria fazer um reparo à Câmara Municipal, dizendo que não faz sentido haver uma técnica que está a fazer um belíssimo trabalho não lhe dando as ferramentas necessárias para o executar, devendo a Câmara colmatar esta situação.-----

-----Em relação à Ponte de Cavaleiro, disse que tinha prometido que trazia hoje um projeto de classificação da ponte, só que por motivos profissionais não teve hipótese de o elaborar. Disse ainda que queria que a Câmara lhe conseguisse um apoio jurídico no sentido de, numa primeira fase, se classificar a ponte como de interesse municipal ou concelhio, pois desconhece o procedimento a adotar. Para além disso, disse, queria atempadamente falar com todas as forças partidárias com assento nesta Assembleia para que pudesse ser elaborado um documento abrangente com vista à discussão sobre a classificação da Ponte de Cavaleiro.-----

-----Congratulou-se depois com as palavras do senhor Presidente da Câmara quando disse que se estava a trabalhar na criação de um projeto de Geoparque, considerando-o uma alavanca importantíssima, que potencia o concelho de Porto de Mós a nível regional e nacional e até internacional.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Congratulou-se por estarem adjudicadas algumas das obras quem tanto tem reclamado para a sua freguesia.-----

-----**Dália Silva (Secretária da Junta de Freguesia de S. Bento):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra perguntou ao senhor Presidente se já lhe conseguia adiantar algumas datas para a execução das estradas na sua freguesia e se o abastecimento de água ainda será feito durante este mandato.-----

-----**António Rogério (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – PSD)**, disse que queria aqui falar do 25 de abril em Pedreiras, dizendo que ontem, dia 25 de abril se realizou naquela localidade uma homenagem a todos os Presidentes daquela Junta de Freguesia. Agradeceu a presença de todos os que entenderam por bem estarem presentes, destacando a Câmara Municipal, presidentes de junta de outras freguesias do concelho, de deputados municipais e da comunicação social.-----

-----**Benvinda da Silva Cláudio Januário (Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria – PSD):**-----

-----Começou por cumprimentar todos os presentes desejando que a noite seja melhor do que foi há alguns momentos atrás.-----

-----Quanto ao documento apresentado pelo senhor Presidente da Câmara disse que queria apenas registar que no documento se refere, quanto a adjudicação de obras de alcatroamento, "nas freguesias do concelho", especificando-se depois apenas S. Bento, perguntando se estão adjudicadas outras, noutras freguesias e que não estejam aqui discriminadas. Depois nos eventos e iniciativas municipais, disse que surge aqui um levantamento e georreferenciação dos percursos pedestres existentes e apresentação de novas propostas. Perguntou quem é que está a fazer este levantamento, se é a Câmara por si só, ou em parceria com o PNSAC, porque a freguesia de Alcaria tem dois percursos pedestres analisados e marcados com o Parque, faltando apenas pormenores, para que não se esteja a duplicar trabalho. Depois, em relação à Fornea, refere o documento distribuído "acompanhamento dos trabalhos de filmagem para filme promocional na Fornea (14.03.2013) e calendarização das próximas saídas" congratulando-se com esta situação e considerando-a importante para a divulgação do concelho a nível turístico. Perguntou depois quem fez os trabalhos de filmagem e se foram acompanhados pelas pessoas certas para mostrar a área, pois pode-se ter caído na tentação de filmar só a cascata de baixo e mais nada. A propósito de estar a falar na Fornea, disse que estão a iniciar-se os preparativos para a realização do primeiro concerto na Fornea, em agosto, sendo o mesmo divulgado oportunamente.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Disse que começou a sua intervenção nesta assembleia a falar de esperança e irá terminar com esperança, e que esta se traduza, por exemplo, fazendo alusão às palavras do senhor Presidente da Câmara quando disse que o concelho estava em 34º lugar, que o mesmo daqui a um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ano se possa situar entre os primeiros dez. Disse depois, acerca das palavras de António José Teixeira há pouco, que não teve oportunidade de comentar a sua intervenção sobre quando estiveram os dois em Leiria, referindo que foi uma iniciativa muito interessante e que aprendeu imenso saindo de lá muito mais enriquecida e com a certeza de que as pessoas são essenciais para um projeto, tendo ficado a perceber o falta para que o projeto do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, que certamente para o ano terá outro andamento, avance, dizendo ser preciso sonho, competência e conhecimento e principalmente vontade. Somando a isto dinheiro, pode-se conseguir um tesouro no Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota. Disse ainda que falta outra coisa neste projeto que é o envolvimento da população que foi criado em Guimarães e que aqui ainda não se conseguiu. Mas também aprendeu que não se acerta à primeira, e que só à terceira ou quarta vez é que se conseguiu encontrar uma pessoa que abraçou o projeto de Guimarães e o levou para a frente, e só à terceira ou quarta vez é que se conseguiu uma publicitação para o exterior, estando Porto de Mós também neste caminho. Disse que existe ali algo que tem de ser olhado com outros olhos tendo de ser encontradas as pessoas certas que possam trazer ao projeto o sucesso que Guimarães teve apesar das contradições e da contestação das pessoas. Apesar da demora, nunca perderem de vista que Guimarães era um tesouro e que podia estar ao serviço não só de Portugal, mas da humanidade. E é isto que é preciso fazer em Porto de Mós. Terminou dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, desejando que no próximo abril, consiga fazer aqui um discurso, dando o seu testemunho sobre aquela data, que não seja baseado no texto que ela aqui apresentou.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Começou por dizer que há pouco se disse aqui que parecia que os deputados do Partido Socialista são manipulados, afirmando que é livre de votar da forma que entender.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara referiu-se ao estado em que se encontram as estradas da Bezerra para a Portela e dos Casais do Chão para a Marinha dizendo que agradecia lá algum alcatrão até porque esse compromisso consta do Plano.-----

-----**António Pires** pediu a palavra novamente dizendo que António José Teixeira antes disse que se deve falar do que se sabe e que fez alguns comentários acerca da banca, que não vai comentar, porque não está qui como bancário.-----

-----**António Manuel Ferreira de Almeida (PS):**-----

-----Disse que se vive num mundo de contradições e que ficou agradavelmente surpreendido

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com as palavras de Ana Narciso, agora. Ela que no início desta Assembleia se manifestou de alguma forma, contra a posição da Câmara e dos elementos da Associação de Moradores, por causa da ZEP e do Plano de Pormenor, vem agora dar razão a estas entidades, pois a forma como falou do projeto de Guimarães indica que está contra a posição do senhor Deputado da Assembleia da República, Paulo Batista.-----

-----Disse depois que queria pedir ao executivo da Câmara que se alertasse a GNR, para uma maior fiscalização a pé dentro da Vila de Porto de Mós, incluindo aí o Parque Verde que tem vindo a ser objeto de vandalização, pedindo a colocação de alguns placards sensibilizando os pais e a população em geral que frequentam aquele parque, apelando a que não destruam, porque é de todos.-----

-----Disse depois que queria louvar o facto de se ter colocado um pequeno tapete de maior aderência às viaturas desde o Intermarché até à curva do Manjolo.-----

-----Lamentou depois, que desde Janeiro, não tenham sido colocados os acrílicos no bar que existe no Parque Verde.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----

-----Dirigindo-se a Virgílio Santiago, referiu que queria esclarecer o que disse há pouco para que não fosse mal interpretado, não pretendendo dizer a ninguém como deve proceder ou o que deve fazer, ou como deve ou não votar. Continuou dizendo que é função dos deputados municipais, porque foram eleitos pelo povo, de contribuírem para melhorarem as condições de vida das populações dizendo que falta combatividade política no sentido de se melhorarem essas condições. Terminou dizendo que não o satisfaz o relacionamento que existe na Assembleia nem a forma como se tem interagido com a Câmara, sendo que este é um problema antigo e não apenas dos últimos mandatos. -----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que tem havido um trabalho conjunto entre a Câmara e as Juntas de freguesia muito louvável a todos os níveis, colaborando sempre e procurando resolver as questões que são colocadas todos os dias. A Virgílio Casimiro disse que existe uma postura de diálogo com todos os presidentes de junta que estão aqui representados, numa dinâmica que a todos une e que é a elevação do concelho de Porto de Mós e o progresso e o desenvolvimento deste concelho. E se por vezes aqui existe um espírito mais exaltado isso resulta da natural combatividade política. Referiu o caso de Ana Narciso como exemplo, dizendo depois que para além da sua assertividade também cai nela, com a responsabilidade que lhe é característica, na sua maneira de estar e de ser.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A **Lídia Semião** agradeceu as informações uteis que aqui trouxe. A **Teresa Gomes** disse quanto às questões colocadas que neste momento está em curso a obra do cruzamento velho e as coisas terão que ser feitas por etapas, mas sendo uma grande preocupação do executivo, procurar-se-á coloca-la em projeto o mais rapidamente possível.-----

-----Quanto às palavras de **António José Teixeira** sobre o Museu Municipal, convidou todos os presentes a fazerem uma visita e apreciarem o excelente trabalho que ali está a ser feito na parte da conservação, da exposição e de todos os outros aspetos, tendo este museu recuperado alguma da sua dignidade, apesar da exiguidade das instalações. Quanto aos materiais necessários para a técnica poder desempenhar as suas funções condignamente, alguns já foram adquiridos e outros estão em fase de aquisição. Quanto à Ponte Rio Cavaleiro, disse que está agendada uma reunião com um arquiteto especialista em recuperação paisagística, convidando António José Teixeira a falar com ele de forma a manifestar-lhe as suas preocupações e podendo dar uma achega para o projeto que aquele está a preparar em termos de recuperação daquele espaço.-----

-----A **Benvinda Januário**, disse que estão a ser preparados diversos alcatroamentos, dizendo recordar-se de Alcaria, Picamilho entre outros. Disse depois que se está a fazer a georreferenciação de alguns percursos pedestres, não estando incluídos ainda os da freguesia de Alcaria, ainda, mas dado que se quer editar uma brochura donde constem todos os circuitos pedestres do concelho, para publicitação. Quanto à Fornea, disse que este foi um dos locais mais visitados do concelhos nos últimos tempos, fruto da chuva que caiu e das cascatas que ali se formaram. Quanto à questão do concerto, disse que existem ali condições excelentes em termos de anfiteatro para que ali possa realizar um espetáculo desta ordem, mas tem que haver concordância por parte do ICN.-----

-----A **Ana Narciso**, disse que queria fazer uma correção, dizendo que estamos em 34º lugar em termos da região centro, e não do País. Em termos de endividamento, disse que Porto de Mós estará nos primeiros 10% menos endividados, a nível nacional, sendo essa a questão fundamental.-----

-----A **Carlos Venda** disse que as estradas que referiu constam da lista de alcatroamentos a fazer a curto prazo.-----

-----Respondendo a **António Almeida**, disse que de facto é uma pena que os jovens não saibam usufruir dum espaço que foi criado essencialmente para eles, destruindo-o. Quanto ao tapete antiderrapante na curva do Manjolo, disse ter sido uma grande melhoria para aquele troço.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações: **1. Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e Respetiva Avaliação, bem como a Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao ano 2012; 2. Modificações Orçamentais: 1ª revisão ao Orçamento do Ano de 2013; 3. Modificações Orçamentais: 1ª revisão às Grandes Opções do Plano do Ano de 2013; 4. Autorização de Abertura de Procedimento Concursal para recrutamento, com vista à constituição de relação jurídica de emprego público; 5. Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Porto de Mós; 6. Regulamento Municipal de Publicidade do Município de Porto de Mós; 7. Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós; 8. Alteração à Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós (Urbanismo) incluída no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós; 9. Regulamento Municipal da Realização de Operações Urbanísticas**, tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 00.30 do dia 27 de abril e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

